



Foto: Cláudia Ferreira

VI - DEMOCRACIA E DIÁLOGO

2008

1. Articulação com a Sociedade Civil

O diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando a construção de consensos e atuando de forma democrática para o equacionamento de conflitos, é um dos traços mais marcantes e inovadores do Governo. A ampliação dos espaços republicanos e democráticos de diálogo tem dado consequência prática ao princípio constitucional da democracia participativa. Esse diálogo está sendo fundamental para a construção de um novo País.

Em 2007, o Governo realizou inúmeros encontros, reuniões ou atividades com entidades e personalidades da sociedade civil. Nesse período, foram realizados encontros com dirigentes e representantes de organizações da sociedade civil nacional e internacional, como centrais sindicais, entidades empresariais, organizações religiosas, movimentos sociais, entidades de trabalhadores rurais, universidades, intelectuais e entidades estudantis. Foram, também, organizadas 162 atividades nas quais o Presidente da República participou diretamente, envolvendo organizações e personalidades da sociedade civil, das quais 46 foram realizadas em Brasília e 116 nas diversas Unidades da Federação.

O Governo, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, articulou a participação dos representantes dos Conselhos de Políticas Públicas do Governo Federal na elaboração do Plano Plurianual 2008/2011. O debate resultou nas seguintes diretrizes para orientação do processo: valorização dos canais de participação social existentes e das propostas já construídas nesses espaços (conselhos, conferências, fóruns etc); construção conjunta de prioridades entre ministérios e conselhos para elaboração do PPA; e informação a todos os participantes sobre o resultado final do processo.

O processo de diálogo estabelecido entre o Governo e os movimentos sociais tem garantido que os mais variados segmentos se expressem nos espaços públicos, condição fundamental para a consolidação da democracia participativa, garantindo, assim, o envolvimento de diferentes atores nos processos de discussão e de formulação de políticas públicas. Em 2007, os movimentos do campo, por exemplo, expressaram-se publicamente em manifestações como o Grito da Terra, a Marcha das Margaridas, entre outras. Além disso, conforme já ocorrido em anos anteriores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros, participaram ativamente da construção do Plano Safra 2007/2008, que teve significativo aporte de novos recursos, conforme já mencionado no Capítulo II.

O Governo fortaleceu os canais de diálogo com os movimentos populares de luta pela moradia e reforma urbana, negociando e produzindo políticas e projetos, que contribuíram para os importantes resultados da 3ª Conferência Nacional das Cidades, ocorrida de 25 a 29 de novembro de 2007, com a presença de 2.040 delegados.

Em 2007, o diálogo consistente com os movimentos sociais resultou em importantes conquistas para os trabalhadores. As centrais sindicais foram reconhecidas legalmente como representantes dos trabalhadores e passaram a ter a institucionalidade e os direitos que entidades com essa representatividade e porte necessitam para cumprir seu papel.

O Governo coordenou, por intermédio da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República, consultas públicas realizadas no Arquipélago de Marajó, Municípios de Salvaterra, São Sebastião, Breves, Anajás e Afuá, no Estado do Pará, que reuniram cerca de cinco mil participantes, para elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó.

O intenso diálogo com o Movimento de Prevenção à Hanseníase (Mohan) foi importante para a elaboração e a sanção, em 2007, da Lei nº 11.520, que garante indenização às pessoas portadoras de hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia, até 31 de dezembro de 1986.

Em 2007, acentuaram-se os esforços do Governo no que se refere a conteúdo, gestão, atenção ao interesse público, direito à informação, credibilidade, transparência e prestação de contas à sociedade. Nesse sentido, e em consonância com os anseios da sociedade e com as discussões ocorridas no I Fórum Nacional de TVs, realizado em Brasília, de 8 a 11 de maio de 2007, sobre a necessidade de instituição de uma televisão pública de âmbito nacional, o Governo criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a chamada TV Pública. Além da atuação consorciada dos diversos órgãos de comunicação que atuavam nesse setor, a criação da EBC representa o atendimento a uma necessidade cultural que não era apropriada pelos sistemas estatal e privado de comunicação e que somente poderia ser executado por uma rede pública de comunicação.

A EBC será veículo relevante na consolidação democrática e na construção da identidade brasileira. Entre seus objetivos encontra-se o fomento à produção regional e à produção independente, bem como o direcionamento de suas atividades para finalidades educativas, culturais, artísticas informativas, científicas e promotoras da cidadania. Espera-se um incremento do debate público no País, fundamental à reprodução social permanente do processo democrático.

As ações de comunicação do Governo com a sociedade foram orientadas pela busca da eficiência, otimização e fortalecimento de canais de comunicação dos cidadãos e das cidadãs com o Poder Executivo Federal por meio de respostas ágeis e o amplo esclarecimento à opinião pública. No âmbito da política de regionalização dos conteúdos de comunicação, foram divulgadas ações em todas as 27 Unidades da Federação, de modo a esclarecer e informar diretamente a população beneficiada pelos programas e ações do Governo.

Em 2008, o Governo manterá os esforços de consolidação do diálogo com as entidades da sociedade civil, visando o aprimoramento do processo democrático, que leve em conta a participação efetiva da sociedade nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Assim, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Governo intensificará no mencionado exercício a articulação e difusão das experiências dos diversos canais de participação social em funcionamento – conselhos, ouvidorias, conferências, entre outros –, por meio do fortalecimento do Fórum Governamental de Participação Social e da publicação e disseminação de estudos e informações que permitam aferir o grau de participação social nas políticas públicas.

2. Diálogo Internacional

A ampliação de espaços para a participação social também marcou, no ano de 2007, os processos de negociação tanto na ONU e na Organização Mundial do Comércio, quanto no Mercosul e, a exemplo do que vem ocorrendo em outros setores do Governo, a Política

Externa vem sendo enriquecida com as contribuições da sociedade civil. Nesse sentido, o Governo, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria-Geral da Presidência da República, realizou um encontro inédito, em março de 2007, no Itamaraty, com representantes de diferentes setores da sociedade civil, para debater a Política Externa brasileira. Em 2008, dois projetos pilotos prevêem a vinda de representantes das sociedades civis de países africanos e latino-americanos ao Brasil, tendo como objetivo iniciar um intercâmbio sobre programas sociais como o Bolsa Família, o Biocombustível e o Pronaf, a fim de definir futuros projetos de cooperação.

A agenda social e participativa do Mercosul tem sido alvo de especial atenção do Governo. Em janeiro de 2007, na Cúpula de Presidentes do Mercosul, o Brasil reafirmou a importância do diálogo social e da sua institucionalização no âmbito do Bloco. Na ocasião, foram entregues aos presidentes dos países membros as contribuições formuladas pela sociedade civil durante a Primeira Cúpula Social do Mercosul – realizada em Brasília, em dezembro de 2006. O livro Mercosul Social e Participativo: construindo a integração dos povos com democracia e cidadania, publicado em dezembro de 2007, sistematiza informações acerca da dimensão social da integração e faz um balanço dos avanços conquistados até o momento.

Manteve-se, em 2007, o diálogo do Governo com o Fórum Social Mundial, com participação, inclusive, na edição do evento, realizado em Nairobi, no mês de janeiro do referido ano. A exemplo das edições anteriores, o Governo montou, junto com a sociedade civil, a Casa Brasil, espaço para divulgação, reflexão e debate das políticas públicas governamentais. No âmbito dessa temática, o Governo já iniciou diálogos com a sociedade civil, com vistas à realização do próximo Fórum Social Mundial, que ocorrerá no Brasil, na cidade de Belém, em janeiro de 2009.

A participação e o diálogo sociais no âmbito internacional também foram incorporados à luta pela realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, especialmente por meio da Ação Contra a Fome e a Pobreza. Por iniciativa do Governo brasileiro, representantes da sociedade civil foram incorporados, com direito a voto, ao Conselho de Administração da Unitaïd – Fundo Internacional para a Compra de Medicamentos contra a AIDS, a Malária e a Tuberculose. Com cerca de um ano de funcionamento, o Fundo já contabiliza conquistas importantes no que diz respeito à redução, no mercado internacional, dos preços de medicamentos para o tratamento dessas enfermidades associadas às condições de pobreza extrema. O Brasil se dispôs a sediar, no primeiro semestre de 2008, a reunião do Conselho Executivo da Unitaïd. Poderá ser a primeira reunião fora de Genebra, sede do órgão. A Secretaria-Geral da Presidência da República tem buscado o diálogo com a sociedade civil brasileira e latino-americana, para que o encontro seja realizado com intensa participação social.

O Governo realizou, no ano de 2007, a segunda edição do Prêmio “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”. Instituído em 2005, para incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuam para os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, o prêmio é coordenado pelo Governo Federal, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e pelo Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. A segunda edição do Prêmio foi lançada em agosto de 2007, no Palácio do Planalto, ocasião em que foi apresentado o 3º Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio do Governo Brasileiro.

A diretriz central para a atuação do Governo na área internacional, em 2008, é a ampliação do diálogo internacional com os movimentos sociais e populares, ONGs, universidades e centros de pesquisa do Brasil e de outros países. Essa atuação deve realizar-se em torno dos seguintes eixos: integração social do Mercosul; Ação Global contra a Fome e a Pobreza e Mecanismos Inovadores de

Financiamento para o Desenvolvimento; Fórum Social Mundial; aprofundamento do intercâmbio com a sociedade civil; movimento sindical internacional; Universidade para a Paz das Nações Unidas (UPaz); e participação social na cooperação sul-sul.

3. Relações Institucionais

O relacionamento político do Governo com o Congresso Nacional obteve, em 2007, fórum institucional especial com o funcionamento do Conselho Político, previsto na Agenda de Coalizão, integrado pelos presidentes e pelos três líderes dos partidos políticos que compõem a base do Governo e pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais (SRI). O processo de elaboração e execução das emendas parlamentares tem sido articulado pelo Governo, de maneira que a proposição de emendas ao Projeto de Lei do Orçamento seja orientada em consonância com as diretrizes e metas das políticas públicas governamentais.

a) Articulação Federativa

Estabeleceu-se, ao longo dos últimos anos, com Estados, Distrito Federal e Municípios uma relação baseada no diálogo, negociação e parceria, com respeito à autonomia dos Entes Federativos, visando fortalecer os laços de cooperação e articulação, pactuar políticas públicas, definir a destinação de recursos e o exercício das atividades regulares de controle e fiscalização, tendo como norte o interesse geral da sociedade.

Nesse sentido, foram desenvolvidas relevantes ações em 2007, tais como a ampliação das transferências de recursos federais para Estados, Distrito Federal e Municípios, a exemplo do aumento de 1% no valor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), bem como o aumento das transferências diretas ao cidadão, como o Programa Bolsa Família, que ampliou a faixa etária de atendimento e aumentou o valor da transferência, em cooperação com as citadas Entidades Federativas; e a institucionalização do Comitê de Articulação Federativa (CAF), por meio do Decreto nº 6.181, de agosto de 2007, e do Protocolo de Cooperação Federativa, que pactuou uma agenda comum, para 2007 e 2008, entre o Governo e as entidades nacionais que representam os Municípios. Essa agenda contempla temas como: proposta de reforma tributária; cooperação federativa para prestação dos serviços de transporte escolar e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); e ações de fortalecimento institucional e qualificação da gestão dos Municípios.

Ainda no referido exercício, outras importantes ações foram a implementação do Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos (Sasf); a regulamentação da Lei dos Consórcios Públicos, por meio do Decreto nº 6.017, de janeiro de 2007; e o apoio à formação de diversos consórcios intermunicipais no País. Também foi efetivada, em 2007, a instalação e o fortalecimento do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul; a organização do encontro de governadores da Frente Norte do Mercosul, em Belém do Pará; a inclusão de um acordo de cooperação descentralizada no marco do acordo de cooperação Brasil-Itália; e a realização do II Encontro Cooperação Descentralizada Brasil-França.

Em 2008, o fortalecimento dessa agenda federativa coloca, para o Governo Federal e para os demais Entes Federativos, cinco grandes desafios, quais sejam: a pactuação de uma agenda estratégica para as regiões metropolitanas, relativamente ao modelo de gestão e ao volume de investimentos, em especial os recursos do PAC para habitação, saneamento e mobilidade urbana; a

construção de uma política de fortalecimento institucional e de qualificação da gestão dos Municípios, no âmbito do CAF, a ser apresentada aos prefeitos eleitos no final deste exercício; a ampliação e qualificação do padrão de atendimento do Governo aos gestores estaduais e municipais, por meio da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; a consolidação da negociação federativa, intensificando os debates, por meio de mesas federativas plenas com a presença de Estados, Distrito Federal e Municípios, sobre temas da agenda federativa; e o fortalecimento da cooperação internacional federativa.

4. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado pela Lei nº 10.683, de maio de 2003, é um espaço de diálogo entre sociedade e Governo, tendo como principais características a diversidade da sua composição, envolvendo trabalhadores, empresários, movimentos sociais e academia, o foco temático no desenvolvimento e o diálogo social como ferramenta para construção de consensos.

A composição ampla e diversa possibilita uma visão sistêmica sobre as questões nacionais e está na base do conceito de desenvolvimento hoje compartilhado no CDES, que envolve aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais. Superando visões compartimentadas de segmentos e setores sociais, os conselheiros dialogam e buscam forjar novas sínteses e consensos nas suas reuniões plenárias e em outras atividades, como os grupos de trabalho, colóquios, seminários, mesas-redondas, que têm suas agendas definidas a partir das demandas da sociedade, do Governo ou dos próprios conselheiros. Pode-se citar como exemplos do trabalho do CDES a sua contribuição para a conformação do PAC e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), bem assim o fato de a visão de futuro proposta pela Agenda Nacional de Desenvolvimento desse Conselho ter sido incorporada como orientação estratégica para o Plano Plurianual 2008/2011.

Com o objetivo de agregar informações e perspectivas, ampliando sua capacidade de aconselhamento ao Presidente da República e o alcance dos seus debates, o CDES busca envolver nas suas atividades outras instituições públicas e organizações sociais, profissionais e dirigentes do Governo, universidades e institutos de pesquisa nacionais e internacionais. O CDES se relaciona com organismos internacionais, em cooperações bilaterais com instituições congêneres em diversos países e com o Comitê Econômico e Social da União Européia.

Filiado à Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis), desde 2003, o CDES assumiu a presidência dessa entidade em junho de 2007, para um mandato de dois anos. Essa Associação articula cerca de 60 instituições da Europa, África, Ásia, Oriente Médio e América Latina. Além do reconhecimento internacional, a presidência da Aicesis multiplicou a capacidade do CDES de contribuir para disseminar a prática do diálogo social para o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento com equidade.

As perspectivas do CDES para 2008 contemplam, portanto, um eixo de atuação internacional forte que, ao tempo em que dissemina a noção de desenvolvimento com equidade, apreende os diferentes pontos de vista e reforça o esforço mundial de sustentabilidade social e ambiental.

5. Conferências Nacionais e Encontros

Uma das principais linhas de atuação do Governo tem sido a de fortalecer os canais de participação da sociedade civil na gestão

do Estado. Desde 2003, tem sido realizado um grande esforço para garantir a articulação entre os diversos setores da sociedade civil e o Governo, por meio da consolidação do diálogo e da ampliação de canais democráticos de participação na formulação de políticas públicas e de busca de consensos, desenvolvendo uma relação permanente, materializada na realização das diversas conferências e fóruns de debates. As conferências nacionais tratam de temas relevantes para a cidadania, asseguram a participação de milhares de pessoas em todas as suas etapas – municipais, estaduais e nacionais – e possuem uma estreita relação com os conselhos nacionais de políticas públicas e de direitos.

Por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foram organizadas, em 2007, oficinas para o público que está diretamente envolvido com conselhos e conferências, objetivando construir um referencial de melhor aproveitamento das contribuições da sociedade civil nos vários espaços de participação social na esfera pública federal e gerar subsídios para a construção de proposta de participação social no ciclo orçamentário. Em todo o País foi desenvolvido o projeto Diálogo Social/Agenda Brasil, que se constitui em um método democrático para prestar conta das ações e políticas públicas implementadas pelos setores governamentais da administração federal, no intuito de reforçar a interlocução e o diálogo entre o Governo e a sociedade civil.

Deve ser destacada a realização, ao longo de 2007, de sete conferências temáticas nacionais:

- 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- 2ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres;
- 13ª Conferência Nacional da Saúde;
- 3ª Conferência Nacional das Cidades;
- 7ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- 6ª Conferência Nacional da Assistência Social; e
- 3ª Conferência Nacional do Meio Ambiente.

As visitas do Presidente da República aos Estados também constituíram momentos importantes para a interlocução qualificada entre o Governo e entidades representativas da sociedade civil. Nessas ocasiões, o Governo vem colhendo importantes subsídios para implementar e aperfeiçoar seus programas e políticas públicas, ouvindo e incorporando sugestões da população diretamente beneficiada.